ESPAÇO EM REVISTA
ISSN: 2965-5609
https://periodicos.ufcat.edu.br/espaco

REFLEXÕES SOBRE EQUIPAMENTOS URBANOS E PEQUENAS CIDADES

Gabriel Menezes Gonçalves

GONÇALVES, Gabriel Mezes. REFLEXÕES SOBRE EQUIPAMENTOS URBANOS E PEQUENAS CIDADES. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 28, n. 2, p. e2026009, 2026. DOI: https://10.70261/er.v28i1.e2026010 Disponível em: https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/75170

Esta obra está licenciada com uma Licença CC BY 4.0 . Esta licença permite que outros distribuam, remixem, adaptem e criem a partir do seu trabalho, mesmo para fins comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito pela criação original.

Recebido: 25/12/2025 | **Aceito:** 24/06/2025 | **Publicado**: 24/08/2025

Resumo: O artigo discute o papel dos equipamentos urbanos nas pequenas cidades brasileiras a partir das contribuições da Geografia e do Planejamento Urbano. Parte-se do entendimento de que o processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma desigual, produzindo uma rede urbana hierarquizada, na qual as pequenas cidades ocupam posições específicas, marcadas por relações de complementaridade e dependência em relação a centros de maior porte. Com base em uma abordagem teórico-bibliográfica, o trabalho mobiliza conceitos geográficos como produção do espaço, rede urbana, direito à cidade e relações campo–cidade para analisar como a presença, a distribuição ou a limitação dos equipamentos urbanos influencia o cotidiano dessas localidades, os padrões de deslocamento da população e o acesso a serviços básicos. A análise considera tanto a população urbana quanto a rural, destacando o papel das pequenas cidades como espaços mediadores entre diferentes usos e funções do território. Por fim, o artigo apresenta reflexões sobre as implicações dessas dinâmicas para o planejamento urbano, indicando que as contribuições da Geografia podem favorecer leituras mais sensíveis às especificidades territoriais e às desigualdades socioespaciais em contextos não metropolitanos.

Palavras-chave: Pequenas cidades. Equipamentos urbanos. Rede urbana. Relações campo–cidade. Planejamento urbano.

REFLECTIONS ON URBAN FACILITIES AND SMALL CITIES

Abstract: The article discusses the role of urban facilities in small Brazilian cities based on contributions from Geography and Urban Planning. It starts from the understanding that the process of urbanization in Brazil has occurred in an uneven manner, producing a hierarchical urban network in which small cities occupy specific positions, marked by relationships of complementarity and dependence in relation to larger centers. Based on a theoretical–bibliographical approach, the study mobilizes geographic concepts such as the production of space, urban networks, the right to the city, and rural–urban relations to analyze how the presence, distribution, or limitation of urban facilities influences everyday life in these localities, population mobility patterns, and access to basic services. The analysis considers both urban and rural populations, highlighting the role of small cities as mediating spaces between different uses and functions of the territory. Finally, the article presents reflections on the implications of these dynamics for urban planning, indicating that contributions from Geography may foster more sensitive readings of territorial specificities and socio-spatial inequalities in non-metropolitan contexts.

Keywords: small cities. urban facilities. urban network. rural–urban relations. urban planning.

Introdução[1]

O processo de urbanização no Brasil ocorreu de forma progressiva e desigual ao longo do século XX, acompanhando transformações econômicas, técnicas e sociais que redefiniram a organização do território. Para Santos (1993), a urbanização brasileira deve ser compreendida como parte de um processo histórico mais amplo, no qual a concentração de objetos técnicos, serviços e infraestruturas em determinados pontos do território contribuiu para a conformação de uma rede urbana hierarquizada. Nesse contexto, as cidades passaram a assumir funções diferenciadas, de acordo com sua posição na rede e com a capacidade de atrair investimentos e fluxos.

A partir dessa perspectiva, Carlos (2011) compreende a cidade como um produto social, resultante das relações estabelecidas entre diferentes agentes e interesses que se materializam no espaço. A organização urbana, nesse sentido, pode ser entendida como expressão de escolhas políticas e econômicas que influenciam a distribuição de serviços, equipamentos e oportunidades ao longo do território. Embora grande parte das análises urbanas se concentre nas metrópoles e cidades médias, essa dinâmica também pode ser observada nas pequenas cidades, ainda que de maneira menos evidente, especialmente no que se refere à oferta de serviços e à articulação com outros centros urbanos.

Nesse contexto, Sposito e Silva (2013) apontam que as pequenas cidades, apesar de frequentemente receberem menor atenção nos estudos urbanos, exercem funções relevantes na rede urbana ao ofertarem serviços básicos e atuarem como pontos de centralidade para suas áreas de influência imediata. Esses papéis, contudo, não se manifestam de forma homogênea, variando conforme as condições históricas, econômicas e territoriais de cada localidade. Nessa perspectiva, a noção de pequena cidade não pode ser compreendida apenas a partir de critérios demográficos, uma vez que o número de habitantes, isoladamente, não explica a complexidade das funções desempenhadas por esses centros. Conforme discutem Endlich (2006) e Sposito e Silva (2013), sua compreensão exige considerar a posição ocupada na rede urbana, a oferta de bens e serviços e as relações de dependência e complementaridade estabelecidas com outras cidades, aspectos que variam conforme o contexto regional e territorial.

Essa perspectiva é reforçada pelo estudo Regiões de Influência das Cidades – REGIC

[1] Esse artigo resulta das atividades acadêmicas desenvolvidas na disciplina Teorias e Métodos em Geografia, ministrada pelo professor Gilmar Alves Trindade, no PROGEO - Mestrado Acadêmico em Geografia, UESC-BA.

2018 (IBGE, 2020), que demonstra que a inserção das cidades na rede urbana não é determinada exclusivamente pelo porte populacional, mas sobretudo pelas funções que desempenham, pela capacidade de polarização e pela intensidade dos fluxos de pessoas, mercadorias e serviços. A classificação proposta pelo IBGE evidencia que as cidades ocupam posições diferenciadas na hierarquia urbana em função de sua capacidade de ofertar bens e serviços e de estabelecer relações com outros centros. Assim, compreender as pequenas cidades a partir de uma perspectiva funcional permite reconhecer que, embora muitas delas desempenhem importante papel no atendimento das demandas cotidianas de suas populações e das áreas rurais sob sua influência, também mantêm relações de dependência em relação a centros urbanos de maior porte para o acesso a serviços mais especializados.

Os resultados da REGIC 2018 também evidenciam a predominância de centros urbanos de baixa centralidade na rede urbana brasileira. Dos 5.570 municípios do país, 3.966 são classificados como Centros Locais, correspondendo a aproximadamente 71% do total (IBGE, 2020). Essa classificação indica cidades cuja centralidade está voltada, predominantemente, ao atendimento das necessidades imediatas de suas populações, mantendo relações de dependência com centros urbanos de maior hierarquia para o acesso a bens e serviços mais especializados. Esse panorama reforça a importância de compreender as pequenas cidades não apenas pelo seu porte populacional, mas principalmente pela posição funcional que ocupam na rede urbana e pelas relações que estabelecem com outros centros.

Ao mesmo tempo, as pequenas cidades tendem a apresentar limitações na disponibilidade de determinados equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de saúde mais especializados, instituições de ensino de maior complexidade e opções diversificadas de lazer. Endlich (2006) observa que, mesmo mantendo atividades produtivas e relações sociais ativas, esses centros urbanos frequentemente recorrem a cidades maiores para o atendimento de parte das demandas da população. Essa dependência funcional também é evidenciada pelos resultados do REGIC 2018, cuja metodologia identifica que as ligações entre os centros urbanos são estruturadas, entre outros fatores, pelos deslocamentos da população em busca de serviços de saúde de baixa e alta complexidade, ensino superior e comércio especializado (IBGE, 2020). Esses fluxos demonstram que a oferta desses serviços permanece concentrada em cidades de maior centralidade, reforçando a posição das pequenas cidades na rede urbana como espaços que atendem às demandas cotidianas de sua população, mas que dependem de centros hierarquicamente superiores para o acesso a funções urbanas mais

complexas.

Nesse sentido, Manfio (2015) ressalta que os equipamentos urbanos constituem elementos centrais para o funcionamento cotidiano das cidades, pois são responsáveis por sustentar a vida urbana e garantir condições mínimas de permanência da população no território. Nas pequenas cidades, a presença limitada desses equipamentos não implica necessariamente ausência de urbanidade, mas indica uma inserção específica na rede urbana, marcada por relações de complementaridade e dependência em relação a centros mais estruturados.

A discussão sobre o direito à cidade contribui para ampliar essa leitura, ao considerar que a vida urbana não se resume à moradia, mas envolve o acesso a serviços, equipamentos e possibilidades de uso do espaço. Lefebvre (2001) propõe que o direito à cidade está associado à possibilidade de usufruir plenamente das funções urbanas, enquanto Carlos (2020) ressalta que esse direito se materializa de forma desigual no território. No caso das pequenas cidades, essa discussão permite refletir sobre como a oferta diferenciada de equipamentos urbanos influencia as formas de vivência urbana e o acesso a serviços essenciais.

Diante dessas considerações, o presente artigo tem como objetivo discutir o papel dos equipamentos urbanos nas pequenas cidades brasileiras, a partir das contribuições da Geografia, enfatizando as relações de dependência de serviços estabelecidas no interior da rede urbana. Para tanto, adota-se uma abordagem teórico-bibliográfica, buscando compreender como a literatura geográfica tem analisado a função dos equipamentos urbanos e sua importância para a integração territorial e o planejamento urbano em cidades de pequeno porte.

EQUIPAMENTOS URBANOS E A PRODUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

Os equipamentos urbanos constituem elementos fundamentais da organização do espaço urbano, correspondendo às infraestruturas físicas destinadas ao atendimento das necessidades coletivas da população. Escolas, hospitais, unidades de saúde, praças, equipamentos culturais, sistemas de transporte e demais estruturas públicas compõem esse conjunto, possibilitando a oferta de diferentes serviços urbanos. Nesse sentido, embora estejam diretamente relacionados, equipamentos urbanos e serviços urbanos não são sinônimos: enquanto os primeiros correspondem aos suportes materiais que estruturam o território, os segundos referem-se às atividades e aos atendimentos realizados por meio dessas infraestruturas.

Essa distinção torna-se particularmente relevante quando se analisam as pequenas cidades. Em muitos casos, a existência de determinado equipamento urbano não garante, por si

só, a oferta de serviços em quantidade ou complexidade suficientes para atender às demandas da população. Da mesma forma, a ausência de determinados equipamentos limita a disponibilidade de serviços especializados, reforçando relações de dependência em relação a centros urbanos de maior porte. Assim, compreender a articulação entre equipamentos e serviços urbanos contribui para analisar como as diferentes cidades se inserem na rede urbana e organizam o atendimento às necessidades de suas populações.

A partir da contribuição de Santos (1982), o espaço urbano pode ser entendido como resultado da articulação entre objetos e ações, em que os equipamentos urbanos integram o conjunto de elementos materiais que sustentam o funcionamento das cidades. Esses objetos técnicos, ao se articularem a práticas sociais e fluxos cotidianos, contribuem para estruturar as relações entre os lugares, influenciando padrões de deslocamento, acesso a serviços e formas de uso do espaço. Assim, os equipamentos urbanos participam da configuração da vida urbana, ainda que de maneira diferenciada conforme o porte e a posição das cidades na rede urbana.

Complementarmente, Santos (1993) destaca que a urbanização brasileira se desenvolveu de forma desigual, com forte concentração de objetos técnicos e serviços em determinados pontos do território. Esse processo ajuda a compreender por que algumas cidades concentram maior diversidade e complexidade de equipamentos urbanos, enquanto outras apresentam oferta mais limitada. No caso das pequenas cidades, essa condição pode se expressar na necessidade recorrente de deslocamentos para outros centros, especialmente para o acesso a serviços mais especializados.

Na literatura geográfica, os equipamentos urbanos são geralmente compreendidos como bens públicos ou privados associados ao funcionamento cotidiano das cidades, voltados ao atendimento de necessidades básicas da população, como saúde, educação, lazer, cultura, mobilidade e comunicação. Para Manfio (2015), esses equipamentos tendem a exercer papel relevante na organização da vida urbana, na medida em que se relacionam com a permanência da população no território e com as práticas cotidianas. Nesse sentido, a forma como esses serviços estão presentes, distribuídos ou ausentes pode indicar diferentes níveis de articulação das cidades no interior da rede urbana.

Essa discussão também se estende às pequenas cidades, considerando que, conforme destacam Alves e Silva (2015, p. 12), “os problemas urbanos das pequenas cidades são os mesmos vistos em cidades de porte médio e grande. A diferença reside na escala”. Ainda assim, nesse contexto, o debate sobre os equipamentos urbanos assume algumas particularidades.

Enquanto nos grandes centros a atenção costuma recair sobre a localização, a qualidade ou a especialização dos serviços, nos pequenos municípios a problemática frequentemente se relaciona à limitação da oferta ou à inexistência de determinados equipamentos. Como sugere Manfio (2015), esse cenário pode contribuir para uma maior dependência em relação a centros urbanos de maior porte, levando parte da população a realizar deslocamentos para atender demandas que nem sempre são supridas localmente

É importante considerar, ainda, que as pequenas cidades integram administrativamente os municípios brasileiros e, em muitos casos, mantêm relações estreitas com amplas áreas rurais sob sua influência. Essas localidades apresentam dinâmicas em que práticas, modos de vida e fluxos articulam o rural e o urbano de forma contínua. Como aponta Hespanhol (2013, p. 104), "historicamente, esses pares rural-urbano e campo-cidade não podem ser compreendidos separadamente, já que não existiriam isoladamente". Nessa perspectiva, as pequenas cidades podem ser compreendidas como espaços mediadores entre o campo e a cidade, especialmente no que diz respeito ao acesso a serviços e infraestrutura.

A partir dessa mediação, os equipamentos urbanos tendem a assumir um papel relevante na integração das populações rurais ao conjunto de serviços disponíveis no âmbito municipal. Ao possibilitarem o acesso local ou regional a serviços básicos, esses equipamentos podem contribuir para reduzir a necessidade de deslocamentos mais longos e para fortalecer os vínculos territoriais entre áreas rurais e urbanas, ainda que de forma desigual e condicionada a diferentes contextos.

Conforme argumenta Santos (1982), a organização hierarquizada da rede urbana concentra objetos técnicos e fluxos decisórios em determinados pontos do território, enquanto outros permanecem em posições secundárias. Essa lógica pode ser observada nas pequenas cidades por meio da recorrência de deslocamentos para o acesso a serviços de saúde, educação, comércio e lazer, o que evidencia sua inserção funcional na rede urbana e sua dependência em relação a centros mais estruturados.

Por sua vez, Carlos (2011) ressalta que a cidade deve ser compreendida como um produto social, resultante de processos históricos, econômicos e políticos que moldam sua organização espacial. Essa leitura permite compreender que a distribuição dos equipamentos urbanos não ocorre de forma homogênea, mas acompanha as prioridades do planejamento e as dinâmicas do desenvolvimento urbano. Assim, as limitações observadas nas pequenas cidades podem ser interpretadas como parte de um processo mais amplo de organização seletiva do

espaço.

De modo geral, a análise dos equipamentos urbanos contribui para compreender como se estruturam as relações entre cidades de diferentes portes e como se configuram as dinâmicas de dependência no interior da rede urbana. Ao observar esses elementos a partir de uma perspectiva menos normativa e mais analítica, torna-se possível identificar tanto os limites quanto às potencialidades do planejamento urbano no atendimento às demandas das pequenas cidades, sem desconsiderar suas especificidades territoriais.

PEQUENAS CIDADES, RELAÇÕES CAMPO–CIDADE

A compreensão das pequenas cidades no contexto da urbanização brasileira pode se beneficiar de abordagens que relativizam leituras dicotômicas tradicionais entre campo e cidade. O território contemporâneo tem revelado a coexistência de usos, funções e práticas sociais que atravessam essas categorias, configurando arranjos espaciais marcados por sobreposições e interações diversas. Nesse sentido, a relação entre campo e cidade tende a apresentar-se de forma mais articulada, uma vez que o espaço geográfico evidencia interdependências que desafiam interpretações baseadas em separações rígidas (Pera; Bueno, 2016).

As transformações recentes do espaço também indicam a presença de áreas de transição, como os espaços periurbanos, nos quais se articulam simultaneamente lógicas produtivas, sociais e espaciais associadas tanto ao campo quanto à cidade. Esses espaços sugerem uma progressiva diluição de fronteiras formais entre o urbano e o rural, tornando menos nítida sua distinção quando considerados apenas critérios administrativos ou morfológicos (Pera; Bueno, 2016). Essa condição contribui para ampliar o entendimento das pequenas cidades e distritos como territórios de articulação, nos quais se manifestam fluxos cotidianos, práticas híbridas e relações funcionais variadas.

Nesse contexto, a presença de aglomerados rurais que passam a incorporar algumas funções urbanas, assim como de áreas urbanas inseridas em contextos predominantemente rurais, pode ser compreendida como parte de um processo de reconfiguração das relações entre campo e cidade. Essa dinâmica sugere que o espaço rural vem assumindo funções que não se restringem às atividades agrícolas, ao mesmo tempo em que muitos núcleos urbanos, em especial as pequenas cidades, mantêm práticas, usos do solo e modos de vida associados ao rural. Desse modo, campo e cidade tendem a se constituir como dimensões relacionadas, cujas

interações se expressam na produção do espaço.

Nessa perspectiva, as pequenas cidades podem ser entendidas como espaços que articulam, de maneira particular, elementos rurais e urbanos, funcionando como pontos de contato entre diferentes fluxos, demandas e usos do território. Conforme discutem Pera e Bueno (2016), essas localidades frequentemente concentram funções urbanas básicas voltadas ao atendimento de populações com forte vínculo rural, o que contribui para a configuração de espaços híbridos. Essa condição reforça a ideia de que as relações campo–cidade dificilmente se enquadram em oposições rígidas, sendo mais adequadamente analisadas a partir de suas interdependências.

Esse entendimento dialoga com as reflexões de Marafon e Seabra (2014), que destacam as transformações sociais e espaciais associadas à dinâmica do capital como elementos que têm complexificado as relações entre rural e urbano. Segundo os autores, tais mudanças indicam a necessidade de distinguir o rural do exclusivamente agrícola e a cidade do urbano, reconhecendo que esses domínios se aproximam e se sobrepõem sem se tornarem idênticos. No caso brasileiro, essas transformações contribuíram para a ampliação do debate acadêmico sobre as relações campo–cidade, sobretudo a partir da década de 1990, quando passou a ganhar maior visibilidade a análise das pequenas cidades e de seus papéis na articulação territorial, conforme apontado por Hespanhol:

> "esse foi um dos motivos que fizeram com que no Brasil, a partir do início dos anos 1990, houvesse a retomada dos estudos e reflexões sobre as relações campo-cidade, já que para muitos estudiosos esse debate estava superado em virtude das mudanças que ocorreram na agricultura com o processo de modernização tecnológica e que ampliaram as relações agricultura-indústria, resultando na tendência à urbanização da sociedade brasileira". (2013, p. 104)

Nesse contexto, as relações campo–cidade podem ser compreendidas como interações espaciais e sociais permeadas por diferentes relações de poder, nas quais se estabelecem articulações e sobreposições que, em determinadas situações, podem contribuir para a produção de desigualdades, conforme discutem Marafon e Seabra (2014). As pequenas cidades inserem-se nesse arranjo como pontos da hierarquia urbana fortemente associados à ruralidade, desempenhando funções que tendem a articular populações rurais e urbanas por meio da oferta de serviços e da circulação de fluxos. Esses serviços urbanos, por sua vez, não se restringem necessariamente ao atendimento da população residente nas áreas urbanas, podendo também alcançar demandas oriundas do meio rural circundante.

Nessa perspectiva, a incorporação da área rural no planejamento municipal pressupõe o reconhecimento de que seus habitantes também demandam acesso a serviços públicos básicos, como saúde, educação, saneamento e a destinação adequada dos resíduos sólidos, conforme indicam Silveira e Rech (2022). Entretanto, a inserção das pequenas cidades na rede urbana ocorre de maneira desigual, uma vez que a oferta de serviços e equipamentos urbanos, em muitos casos, se mostra limitada e nem sempre suficiente para favorecer uma integração mais efetiva entre campo e cidade. Essa condição pode contribuir para a manutenção de relações de dependência em relação a centros urbanos de maior porte, tanto para a população urbana quanto para aquela residente nas áreas rurais.

Conforme discutido por Santos (1982), a organização hierarquizada da rede urbana tende a concentrar objetos técnicos, fluxos e decisões em determinados pontos do território, enquanto outros permanecem em posições secundárias. No cotidiano das pequenas cidades, essa lógica pode ser observada na recorrência de deslocamentos para acesso a serviços de saúde, educação, comércio e lazer, tanto por parte da população urbana quanto rural.

Assim, embora as pequenas cidades desempenhem funções relevantes no âmbito municipal e regional, sua capacidade de promover uma articulação mais equilibrada entre urbano e rural parece estar condicionada por desigualdades estruturais presentes na rede urbana. A dependência em relação a centros de maior porte não se manifesta apenas na ausência de determinados serviços, mas também na fragilidade de sua autonomia funcional e na limitação de sua capacidade de reter fluxos, investimentos e oportunidades, o que reforça a importância de considerar as relações campo–cidade e a dependência interurbana na análise das desigualdades territoriais e no debate sobre o planejamento urbano em contextos não metropolitanos.

IMPLICAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO URBANO NAS PEQUENAS CIDADES

As discussões desenvolvidas ao longo do artigo permitem refletir sobre as desigualdades observadas nas pequenas cidades, que não parecem estar associadas apenas a limitações econômicas ou demográficas, mas também a formas historicamente construídas de organização do planejamento urbano. Conforme analisa Santos (1993), o processo de urbanização brasileira foi marcado pela concentração de investimentos e de objetos técnicos em determinados pontos do território, configurando uma lógica hierarquizada que tende a favorecer centros mais dinâmicos. Nesse contexto, o planejamento urbano pode acabar reproduzindo assimetrias

preexistentes, em vez de atuar de modo mais consistente na redução das desigualdades territoriais.

Para Carlos (2011), o espaço urbano deve ser compreendido como uma produção social, resultante de múltiplas relações e práticas que se materializam no território. A partir dessa perspectiva, a presença desigual de equipamentos urbanos nas pequenas cidades pode ser interpretada como expressão das formas pelas quais o espaço é produzido e apropriado, revelando limites no acesso aos bens e serviços urbanos por parte de determinados grupos sociais.

Em trabalhos mais recentes, Carlos (2020) aprofunda essa discussão ao associar a produção do espaço urbano às relações de poder que o atravessam. Nesse sentido, a ausência ou a precariedade de equipamentos urbanos em pequenas cidades pode ser compreendida como um indicativo das dificuldades de efetivação do direito à cidade, entendido como a possibilidade de usufruir dos bens, serviços e relações que sustentam a vida urbana. Quando tais equipamentos não estão presentes de maneira adequada, o urbano tende a se manifestar de forma incompleta e seletiva.

Maricato (2014) chama atenção para o fato de que o planejamento urbano no Brasil, em muitos casos, tem sido elaborado de maneira pouco sensível às realidades sociais e territoriais dos municípios de pequeno porte, sobretudo quando se apoia na reprodução de modelos pensados para grandes cidades, desconsiderando as especificidades locais.

As limitações financeiras e técnico-administrativas enfrentadas por muitos pequenos municípios também dificultam a implementação das diretrizes do planejamento urbano. Em diversos casos, a reduzida capacidade de arrecadação, a escassez de equipes técnicas permanentes e a necessidade de atender demandas imediatas relacionadas à saúde, educação e infraestrutura básica restringem a execução das ações planejadas. Nesse contexto, mecanismos de cooperação interfederativa, como os consórcios públicos intermunicipais, podem ampliar a capacidade de oferta de serviços públicos por meio do compartilhamento de recursos financeiros, estruturas administrativas e equipes técnicas entre municípios (Abrucio, 2023).

Nessa perspectiva, Pires (2015) ressalta a importância de compreender as localidades a partir das demandas, vivências e percepções dos próprios moradores, indicando que diagnósticos participativos podem contribuir para a identificação de fragilidades nos projetos e para a construção de práticas de planejamento mais ajustadas aos contextos concretos.

Nas pequenas cidades, onde as relações entre urbano e rural se apresentam de forma

mais intensa e o campo permanece fortemente presente no cotidiano, a ausência desse olhar atento às dinâmicas locais tende a se expressar em dificuldades na implantação e manutenção de equipamentos urbanos básicos, o que pode reforçar a dependência em relação a centros urbanos de maior porte. Nesse sentido, Silveira e Rech (2022) argumentam que o planejamento municipal deve considerar o município como uma totalidade territorial, que ultrapassa os limites estritos do espaço urbano, incorporando também a área rural às diretrizes do planejamento e à legislação local, de modo a evitar lacunas normativas e a garantir maior coerência na organização do território.

Parte da literatura tem indicado que o planejamento urbano pode desempenhar um papel relevante na integração dos pequenos municípios à rede urbana, sobretudo quando considera os equipamentos urbanos como elementos estruturantes das políticas públicas. Nesse sentido, Manfio (2015) observa que, em pequenas cidades, a presença e a adequada distribuição desses equipamentos podem contribuir para a redução de deslocamentos, para o fortalecimento de centralidades locais e para a melhoria das condições de vida da população. Essa contribuição não se restringe apenas aos moradores das áreas urbanas, estendendo-se também às populações rurais que dependem desses centros para o acesso a serviços básicos. Quando pensados de forma integrada, os equipamentos urbanos tendem a ampliar o acesso a direitos e a atenuar a posição subordinada dessas cidades no interior da rede urbana.

Essa leitura dialoga com as reflexões de Sposito (2013) e Endlich (2006), que destacam que as pequenas cidades, embora frequentemente situadas em posições subordinadas, exercem funções relevantes na rede urbana, especialmente como espaços de articulação entre áreas urbanas e rurais. Reconhecer esses papéis implica deslocar o olhar do planejamento urbano para além das metrópoles, compreendendo os centros de menor porte como espaços de vida, trabalho e sociabilidade, responsáveis por atender demandas que extrapolam seus limites urbanos imediatos. Nessa perspectiva, torna-se importante considerar políticas territoriais capazes de articular as escalas local e regional, evitando que as pequenas cidades sejam tratadas apenas como espaços dependentes ou residuais.

Essa compreensão encontra respaldo no Estatuto da Cidade, que estabelece o planejamento como instrumento voltado à organização do desenvolvimento urbano, da distribuição espacial da população e das atividades econômicas no território sob a área de influência municipal, com o objetivo de prevenir ou corrigir distorções do crescimento urbano e seus impactos negativos. O mesmo marco legal também destaca a necessidade de assegurar a

oferta de equipamentos urbanos, transporte e serviços públicos adequados às necessidades da população e às características locais, reforçando a ideia de que o planejamento deve abranger o conjunto do território municipal, incluindo suas áreas rurais (BRASIL, 2001).

Nesse sentido, Oliveira, Kuntzler e Della Flora (2019), apontam que, especialmente nas pequenas cidades, a mitigação dos impactos associados à urbanização requer abordagens integradas, capazes de articular simultaneamente as dimensões econômica, social e de infraestrutura. Essa abordagem pressupõe, conforme destacam Oliveira, Kuntzler e Della Flora (2019), a realização de estudos detalhados da realidade local como etapa fundamental do planejamento urbano, de modo que as propostas formuladas estejam alinhadas às demandas concretas da população urbana e rural.

Dessa forma, as implicações para o planejamento urbano sugerem a importância de rever abordagens excessivamente genéricas e hierarquizantes, incorporando as pequenas cidades como componentes relevantes da organização territorial. O fortalecimento dos equipamentos urbanos pode ser compreendido como um caminho para ampliar a integração das populações urbanas e rurais aos serviços básicos e à rede urbana, contribuindo para o enfrentamento das desigualdades socioespaciais e para a construção de processos de urbanização mais equilibrados em contextos não metropolitanos

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As discussões desenvolvidas ao longo deste artigo permitem reunir alguns elementos que ajudam a compreender o papel dos equipamentos urbanos nas pequenas cidades brasileiras, sem a pretensão de esgotar o tema ou de estabelecer conclusões definitivas. Ao dialogar com a literatura geográfica, buscou-se evidenciar que a presença, a ausência ou a limitação desses equipamentos não pode ser analisada de forma isolada, mas deve ser entendida como parte de processos mais amplos de urbanização, produção do espaço e organização hierarquizada da rede urbana no país.

Nesse sentido, os equipamentos urbanos emergem como indicadores relevantes das formas pelas quais as pequenas cidades se inserem na dinâmica territorial. Sua oferta restrita não implica, necessariamente, negação da urbanidade, mas sinaliza uma condição específica de funcionamento urbano, marcada por relações de complementaridade e dependência em relação a centros de maior porte. Essa dependência se expressa, sobretudo, nos deslocamentos cotidianos para acesso a serviços de saúde, educação, comércio e lazer, envolvendo tanto

populações urbanas quanto rurais, o que reforça a necessidade de considerar o município como uma totalidade territorial.

Ao incorporar a discussão sobre as relações campo–cidade, o artigo procurou destacar que as pequenas cidades ocupam posições singulares como espaços mediadores entre o urbano e o rural. Nessas localidades, práticas, fluxos e modos de vida tendem a se sobrepor, dificultando leituras dicotômicas e exigindo abordagens analíticas mais sensíveis às interdependências territoriais. Os equipamentos urbanos, nesse contexto, assumem um papel potencialmente integrador, ao possibilitar o acesso a serviços básicos por populações com forte vínculo rural, ainda que essa integração ocorra de forma desigual e condicionada por limitações estruturais.

No que se refere ao planejamento urbano, a literatura analisada sugere que as dificuldades enfrentadas pelas pequenas cidades não decorrem apenas de restrições financeiras ou demográficas, mas também de modelos de planejamento pouco ajustados às suas especificidades. A reprodução de diretrizes pensadas para grandes centros urbanos tende a produzir lacunas normativas e operacionais, especialmente quando desconsidera as dinâmicas locais e a articulação entre áreas urbanas e rurais. Nesse sentido, os equipamentos urbanos podem ser compreendidos como elementos estratégicos para pensar políticas mais coerentes com a realidade dos pequenos municípios, desde que considerados de forma integrada e contextualizada.

Assim, mais do que apresentar respostas conclusivas, este trabalho buscou contribuir para o debate ao reforçar a importância de olhar para as pequenas cidades como espaços ativos da rede urbana, dotados de funções próprias e atravessados por múltiplas relações territoriais. A análise dos equipamentos urbanos, associada às relações campo–cidade e às práticas de planejamento, pode constituir um caminho analítico relevante para compreender tanto os limites quanto às potencialidades desses centros no enfrentamento das desigualdades socioespaciais. Trata-se, portanto, de um campo que permanece aberto a novas investigações, sobretudo aquelas que articulem diferentes escalas de análise e incorporem as experiências e vivências dos sujeitos que constroem cotidianamente esses territórios.

REFERÊNCIAS

ALVES, L. A.; SILVA, A. R. P. Desafios e potencialidades das pequenas cidades para o desenvolvimento no contexto de uma sociedade urbana: alguns apontamentos com base na realidade de Frutal-MG e São Gotardo-MG. *R. Ra'e Ga – O Espaço Geográfico em Análise,*

Curitiba, v. 35, p. 7-37, dez. 2015.

BRASIL. *Estatuto da Cidade: Lei nº 10.257, de 10 de julho de 2001*. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008.

BRITO, E. dos S. Consórcios intermunicipais: coordenação, colaboração e a nova governança pública**.** In: CARNEIRO, José Mário Brasiliense; BRITO, Eder dos Santos (org.). *Consórcios intermunicipais e políticas públicas regionais*. São Paulo: Oficina Municipal, 2019. p. 11-22.

CARLOS, A. F. A. A CIDADE E A ORGANIZAÇÃO DO ESPAÇO. *Revista do Departamento de Geografia*, São Paulo, Brasil, v. 1, p. 105–111, 2011. Disponível em: https://revistas.usp.br/rdg/article/view/47072.. Acesso em: 4 maio. 2025.

_____. Segregação socioespacial e o "Direito à Cidade". *GEOUSP Espaço e Tempo (Online)*, São Paulo, Brasil, v. 24, n. 3, p. 412–424, 2020. Disponível em: https://www.revistas.usp.br/geousp/article/view/177180. Acesso em: 4 maio. 2025.

ENDLICH, A. M. *Pensando os papéis e significados das pequenas cidades do Noroeste do Paraná*. 2006. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2006.

HESPANHOL, R. A. M. Campo e cidade, rural e urbano no Brasil contemporâneo. *Mercator,* Fortaleza, v. 12, número especial (2), p. 103–112, set. 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Regiões de Influência das Cidades: 2018*. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/geociencias/cartas-e-mapas/redes-geograficas/15798-regioes-de-influencia-das-cidades.html. Acesso em: 25 jun. 2026.

LEFEBVRE, H. *O direito à cidade*. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001.

MANFIO, V. A Cidade e os Equipamentos Urbanos: uma análise sobre Nova Palma/RS. *InterEspaço: Revista de Geografia e Interdisciplinaridade*, v. 1, n. 2, p. 137–151, 2015. Disponível em: https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/interespaco/article/view/4035. Acesso em: 4 mai 2025.

MARAFON, G. J.; SEABRA, R. *Relações campo-cidade e a comercialização agrícola: notas sobre o espaço fluminense.* Geo UERJ, Rio de Janeiro, ano 16, n. 25, v. 2, p. 9–36, 2º semestre 2014.

MARICATO, E. *O impasse da política urbana no Brasil.* 3. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 214 p.

OLIVEIRA, T. D.; KUNTZLER, J. R.; DELLA FLORA, N. P. Planejamento e infraestrutura urbana: estudo de caso da cidade de Campo Novo/RS, Brasil. *Revista Meio Ambiente e Sustentabilidade*, Curitiba, v. 17, n. 8, p. 102–114, jul./dez. 2019.

PERA, C. K. L.; BUENO, L. M. de M. Revendo o uso de dados do IBGE para pesquisa e planejamento territorial: reflexões quanto à classificação da situação urbana e rural. *Cadernos Metrópole*, São Paulo, v. 18, n. 37, p. 721–742, set./dez. 2016.

PIRES, M. P. *Mobiliário em habitações de caráter social: avaliação de sua adequação espacial em núcleos habitacionais na cidade de Marília - SP*. 2015. 143 f. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, Bauru, 2015.

SANTOS, M. *Espaço e Sociedade: ensaios*. Petrópolis: Vozes, 1982. 152 p.

_____. *A urbanização brasileira*. São Paulo: Hucitec, 1993.157 p.

SILVEIRA, M. E. B.; RECH, A. U. *O estatuto da cidade e a inclusão da área rural no plano diretor: o planejamento territorial rural dos municípios do estado do Rio Grande do Sul com mais de cem mil habitantes* [recurso eletrônico]. Caxias do Sul: EDUCS, 2022. Disponível em: https://www.ucs.br/site/editora-educs/. Acesso em: 06 mai 2025.

SPOSITO, E. S; SILVA, P. F. J. da. Cidades Pequenas: perspectivas teóricas e transformações socioespaciais. Jundiaí: Paco Editorial, 2013, 148 p.